

**TERMO DE CREDENCIAMENTO
Nº...../2017/SMCAS, FIRMADO ENTRE
O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA, PARA
COMUNIDADES TERAPÊUTICAS EM
CONFORMIDADE COM O
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017 –
CREDENCIAMENTO 004/2017**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e contratos – GCLC, Sr Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, doravante denominado **CREDENCIANTE** e de outro lado a, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua Nº , neste ato representada pelo Sr., portador do CPF nº, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente termo o credenciamento de comunidades terapêuticas para o tratamento de crianças e adolescentes usuárias de substâncias psicoativas. O referido tratamento dar-se-á em regime de residência, permanência 24 (vinte e quatro) horas, com duração máxima de 09 (nove) meses, incluindo a triagem inicial e plano terapêutico de no máximo 09 (nove) meses por usuário, para atender a demanda da Secretaria de Município da Saúde – SMS.

Parágrafo Primeiro: As atividades a serem desenvolvidas com os usuários serão as seguintes: Atendimento individual (consulta, psicoterapia, atendimento médico, psicológico, atendimento grupal, grupo de orientação aos familiares, dentre outros), deverá ser pactuado com os CAPS de origem.

Parágrafo Segundo: O plano terapêutico singular do usuário deverá ser constituído com os técnicos do CAPS e com a ciência da Secretaria de Município da saúde através da coordenação do Núcleo de saúde Mental do Município do Rio Grande.

Parágrafo Terceiro: A credenciada deverá atender o número máximo de 10 (dez) vagas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR A SER PAGO: A título de remuneração pelos serviços prestados, o Município do Rio Grande/RS pagará às instituições credenciadas

mensalmente, a quantia de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), por recuperando, valor este utilizado pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – SENAD.

Parágrafo Único: O valor será reajustado, pela variação da URM, tendo como data-base para o reajuste a data de publicação do Edital de Chamamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, vinculados ao quantitativo do objeto executado, sujeito a fiscalização da SMS.

CLÁUSULA QUARTA – DA COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 10- Secretaria de Município da Saúde
- 10.03 – Fundo Municipal de Saúde
- 10.03.10 – Saúde
- 10.03.10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
- 10.03.10.302.0134 – Rio Grande Mais Saúde
- 10.03.10.302.0134.2428 – Manutenção Média e Alta Complexidade
- 3.3.9.0.32.00.00.00.00 – material, bem ou serviços para distribuição gratuita
- Dotação 1680 – Recurso 4620- SAMU

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO: O prazo do presente credenciamento será de 05 (cinco) anos a contar da data de publicação do edital de chamamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA: A credenciada obriga-se a:

- I- Oferecer o serviço conforme a necessidade do paciente atendimento psicológico e social, atividades terapêuticas, lazer e abordagem à família;
- II- Responsabilizar-se pelo usuário enquanto ele estiver internado na instituição e deverá ser enviado ao CAPS que originou a internação um relatório mensal de cada usuário, descrevendo o andamento do tratamento;
- III – Informar imediatamente o CAPS responsável pela internação em caso de fuga ou desistência de tratamento por algum usuário;
- IV – Em caminhar ao CAPS de origem nota de alta, no término da internação;
- V – Não utilizar espaços restritivos como celas fechadas, considerando o processo de humanização da assistência e preservação dos direitos dos pacientes;
- VI- Oferecer ao paciente as acomodações necessárias como: cama, colchão, instalações sanitárias, alimentação adequada, higiene, salubridade e segurança
- VII – Efetivar as internações do pacientes regularmente encaminhados somente mediante autorização para internação expedidos pelos CAPSi e/ou CAPS AD.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE: A CREDENCIANTE obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento conforme transcrito neste contrato;
- b) Efetuar a fiscalização do contrato através da SMS;
- c) Regularizar o fluxo através da SMS e dos CAPS, CAPSi e/ou CAPS AD dependendo da faixa etária do usuário.

CLÁUSULA OITAVA - O Credenciante reserva-se o direito de fiscalizar a o presente contrato através da Secretaria de Município da Saúde – SMS, a qual nomeará serviços para a devida fiscalização.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES: À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do Contrato.

Parágrafo Segundo: Constituirão motivos para a rescisão do contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

.....
Credenciada

Maicon de Barros Lemos
Secretário de Município da Saúde

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

cc. SMF/SMI/GCLC/CSCI/CONTRATADA



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS



5

FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável nomeia como Fiscal do Contrato o (a) Senhor (a).

_____ e _____ o (a) senhor (a) _____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal do Serviço

Maicon de Barros Lemos
Secretário de Município da Saúde

Rio Grande, de de 2017